

2. Sustentabilidade: das definições complexas às interpretações múltiplas

Neste capítulo vamos refletir sobre conceitos como Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade. Desejamos mapear as dificuldades inerentes a um conceito intangível, uma vez que sua realização concreta depende de diferentes variáveis ambientais, sociais, culturais e econômicas – muitas vezes antagônicas e contraditórias entre si, e da tradução de todas essas dimensões para o cotidiano real dos cidadãos comuns.

O pensamento utópico também envolvido nessa discussão é outra variável importante, uma vez que a “defesa da natureza” ou a construção “de um mundo melhor” bem como *slogans* como “Salvar o Planeta” têm sido repetidos por ONGs, grupos ativistas, estudantes e até empresas em diferentes países.

A mídia por meio de seus diferentes canais e por suas características de divulgação de informações e transmissão de notícias tem importância fundamental na formação ou na deformação de conceitos, ideias, movimentos alarmistas ou tomada de consciência bem como na construção de mitos.

Se também olharmos o tema da sustentabilidade como a nova cor das luzes do espetáculo é fácil perceber que a realidade da crise ambiental nosso tempo foi “substituída pela publicidade do nosso tempo” (Debord, 1997, p. 106). Publicidade de uma crise ambiental, rotulada agora por abstrações como “desenvolvimento sustentável”, “ecodesenvolvimento” e “sustentabilidade” que se confundem com outras abstrações como a salvação do planeta, o futuro da humanidade etc.

Sempre que se fala, se lê e se vê o tema da ecologia, da preservação do meio ambiente e agora da sustentabilidade ou de um dado desenvolvimento sustentável parece impossível não lembrar de imagens de ursos polares à deriva sobre pedaços de gelo flutuantes, das labaredas de queimadas nas florestas tropicais ou das quilométricas filas de automóveis engarrafados nas autoestradas, além de chaminés fumegantes encobrindo os céus com a fumaça do progresso. A

mídia repete essas imagens espetaculares mais como sensacionalismo do que como esclarecimento do que seria a sustentabilidade em si.

Daí que o excesso de informação e da repetição do termo “sustentável” atordoa e colapsa a comunicação. Se comunicação é “ação em comum”, um excesso de slogans, imagens sem a devida leitura de seus significados não vai trazer qualquer mudança no cenário da crise ambiental ou social existentes.

Guattari (1990) já apontou em suas “Três Ecologias” que uma mudança profunda em nosso estilo de vida e uma recomposição das práticas sociais e individuais, sob uma “égide ético-estética” (p. 23), passam necessariamente por um reequilíbrio da ecologia ambiental, social e mental – a forma de pensarmos nossas próprias limitações e incoerências diante do que pretendemos mudar no mundo.

Guattari (1990) escreve:

“A ecologia ambiental, tal como existe hoje, não faz senão iniciar e prefigurar a ecologia generalizada que aqui preconizo e que terá por finalidade descentrar radicalmente as lutas sociais e as maneiras de assumir a própria psique” (p. 36)

Se não mudamos, nem nos libertamos de velhos hábitos, o discurso de um desenvolvimento sustentável não tem sentido; a não ser como mera propaganda, jogo de cena, ilusão de movimento. Se diferentes atores sociais concordam na proteção ao meio ambiente e na necessária eliminação das injustiças sociais, o que nos falta?

Costa (2000) *apud* Villela (2007, p. 55) ressalta que “pode-se dizer que o conceito de desenvolvimento sustentável vem-se transformando num enorme “guarda-chuva”, capaz de abrigar uma variada gama de propostas / abordagens inovadoras” e que tamanha imprecisão conceitual, traz em si uma banalização, mera retórica e assim, *in*-sustentável por falta de definição. Uma proposta que só é capaz de amenizar os danos socioambientais sem superar “a contradição fundamental do sistema” (*idem*).

De acordo com Bacha & Schaun (2010, p. 16) tivemos em 1992, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Rio

Eco 92, na qual foram elaborados dois documentos: a Carta da Terra (rebatizada de Declaração do Rio) e a Agenda 21, refletindo o consenso global e o compromisso político consagrando o desenvolvimento sustentável; em 1997, o Protocolo de Quioto propondo um calendário de redução de emissão de gases do efeito estufa; em 2002, a conferência mundial sobre o tema Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10); em 2006, lembrando ainda do premiado documentário “Uma Verdade Inconveniente” de Davis Guggenheim e de Al Gore, ex-vice presidente dos EUA, propondo um novo paradigma planetário sustentável.

Não há como negar portanto que na espetacularização refletida a cada novo evento global sobre o tema da sustentabilidade, o conteúdo do discurso esvaziou-se ao mesmo tempo que a propaganda se expandiu, reduzindo a questão a uma mercadoria *on sale* na prateleira das novidades.

Se o espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupa a vida social (Debord, 1997, p. 30), a sustentabilidade surge cada vez mais frequente na mídia e no cenário empresarial, político e acadêmico. Mas que sustentabilidade seria essa afinal?

Como passo inicial, entendemos que seja necessário reconhecer que nossa contemporaneidade nos colocou diante de uma questão inédita na história de toda a civilização humana.

Para Guimarães & Vasconcellos (2006) as questões ambientais e sociais são problemas centrais para o entendimento do mundo atual. Se a dimensão dos problemas pode fomentar controvérsias, existe uma percepção clara de que vivemos uma “séria crise ambiental, entendida como crise civilizatória” (*idem*, p. 152).

Diferentes autores e pensadores, de diferentes disciplinas e áreas do conhecimento humano como George Perkins Marsh, Aldo Leopold, Rachel Carson, Gregory Bateson⁷, James Lovelock e Lynn Margulis⁸, Humberto

⁷ Segundo o Prof. Etienne Saiman, da USP, Gregory Bateson, biólogo, antropólogo, psiquiatra e amante da comunicação humana tinha como estudo o universo como um imenso organismo em constante ação e interação, cujo interesse maior “é o que *vive*”. Sua epistemologia era uma epistemologia que “se constrói a partir dos *seres vivos*”.

Maturana, Marilyn Ferguson, Fritjof Capra, já apontaram para as relações ambientais como co e interdependentes ao nosso modo de viver.⁹

Há autores como Felix Guattari, Jean Pierre Leroy, Leonardo Boff, Sérgio Besserman, Bernardo Toro entre outros que falam em uma necessária transformação no nosso estilo de vida não só para buscar estancar as mudanças climáticas em curso (por certo influenciadas pelas atividades industriais e a decorrente emissão de CO₂ na atmosfera em volumes crescentes desde o início da revolução industrial até os dias de hoje) como também à preservação de florestas tropicais e outros ecossistemas existentes na Terra.

Não bastasse a destruição da fauna e flora, com suas consequências ainda desconhecidas, a corrida armamentista e a proliferação nuclear (seja de armas ou de fins pacíficos) também são outras ameaças existentes – ameaças que se relacionam não só a um modelo de desenvolvimento sustentável, mas ao surgimento de uma nova civilização.

Giddens (2010, p. 14) afirma que “há razões fortes e objetivas para se acreditar que estamos atravessando um período importante de transição histórica” já que, diferentemente das décadas passadas, as mudanças em curso afetam quase todas as partes e populações do planeta. De acordo com o autor, somos a primeira geração a viver numa “sociedade cosmopolita global” cujos problemas e perigos demandam enormes transformações das nossas instituições.

Questões novas nas dimensões ambientais, sociais e econômicas são capazes de atingir toda a humanidade em diferentes níveis, mas inquestionavelmente impactantes.

⁸ James Lovelock e Lynn Margulis formularam a teoria de Gaia, na qual a Terra seria um ser-vivo único da sua espécie.

⁹ Em BOEIRA (2002) encontramos referências a autores como Jean-Pierre Dupuy (1980), André Gorz (1980), Jean Dorst (1973), Cornelius Castoriadis e Daniel Cohn-Bendit (1981), Edgar Morin (1973), Lester Brown (1983), Karl Deutsch (1977), Kenneth Boulding (1978), Ronald Inglehart (1977), Herman Daly (1977), Georgescu-Roegen (1971), John Galtung (1977), Arnold Toynbee (1979), William Ophuls (1977), Gregory Bateson (1986), Ignacy Sachs (1986), Lester Milbrath (1984), Barry Commoner (1980), Paul Ehrlich (1968), E.F. Schumacher (1983) e Roger Garaudy (1979) entre a década de 1950 e meados dos anos 80.

“Nossa época não é mais perigosa – nem mais arriscada – que a de gerações precedentes, mas o equilíbrio de riscos e perigos se alterou. Vivemos num mundo em que perigos criados por nós mesmos são tão ameaçadores, ou mais, quanto os que vêm de fora. Alguns são genuinamente catastróficos, como o risco ecológico global, a proliferação nuclear ou a derrocada da economia mundial. (Giddens, 2010, p. 44).

Ainda segundo Giddens, as alterações de temperatura e o grande número de tufões e furacões registrados nos últimos anos poderiam ser consequência do nosso crescimento industrial, que poderia já ter danificado uma parte de nosso “habitat terrestre”.

Neste momento, “a preocupação com a sustentabilidade é o *Zeitgeist* de nossa era” como diz uma matéria da Revista Veja¹⁰, referindo-se às dificuldades encontradas pelo poder público, pela sociedade e pelas empresas para reduzir ou amenizar a velocidade com que se depredam recursos naturais, aumentando os riscos ecológicos em nível planetário.

Giddens classifica a nossa sociedade como uma “sociedade que vive após o fim da natureza” - uma vez que poucos aspectos da vida contemporânea estão isentos da intervenção humana (*idem*, p. 53). Para este autor, o fim das tradições - como queriam os iluministas, não aconteceu por completo num mundo globalizado, mas levou-nos a reinterpretar as tradições de novas e múltiplas maneiras.

Com mais autonomia e liberdade, as sociedades atuais substituíram o “poder oculto” da tradição por um diálogo mais participativo. Isso resultou numa sociedade que exige permanente “tomada de decisões” na esfera individual e coletiva, pois ao olhar para o passado sem as lentes da tradição temos maior liberdade de ação do que antes existia e, portanto, novos hábitos e estilos de vida podem ser escolhidos (*idem*, p. 56-57). Agora, por força da degradação ambiental que tem impactos na vida social e no mundo do trabalho, sendo deles também consequência, como numa rede intrincada de ação e reação.

Nessa linha de entendimento, Guattari (1990, p. 25) faz referência sobre uma natureza que não pode ser separada da cultura. Quando a ecologia social

¹⁰ Edição Especial da Revista Veja sobre “Sustentabilidade” de dezembro de 2010.

impacta na ambiental e ambas impactam nas subjetividades dos sujeitos, estamos diante de uma visão de mundo que não pode eliminar a força das intervenções humanas.

Se parece incontestável que estamos diante de um tempo de permanentes e intensas “transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais se engendram fenômenos de desequilíbrios ecológicos” (Guattari, 1990, p. 07), estamos necessariamente diante de um desafio que precisa alterar modelos mentais e culturais dos costumes, assim como de novos limites dos poderes técnico-científicos da humanidade (p. 24).

Se para Giddens (2010) poucos aspectos do mundo físico continuam sendo meramente naturais (*idem*, p. 53), para Guattari somente uma “ecosofia”, como uma nova articulação ético-política poderá dar conta dos perigos que ameaçam o meio ambiente natural indo além dos danos industriais (p. 8).

Talvez seja por isso que Sachs *apud* Veiga (2008, p. 11) cite como obrigatória a superação das barreiras atuais que fragmentam as disciplinas do saber caminhando para a “eco-sócio-economia” de William Kapp¹¹. Uma ciência que dê conta de dimensões variadas dessa crise na qual estamos mergulhados.

Segundo Smeraldi (2009), a sustentabilidade seria como “um alvo móvel que nunca será atingido em seu centro, mas que nos ajudará a melhorar progressivamente nossa capacidade de nos aproximarmos dele” (*idem*, p. 21), reconhecendo que o conceito está incorporado ao discurso de alguns atores sociais, embora as práticas “andem engatinhando” (*idem*).

De acordo com Montibeller-Filho (2001), o desenvolvimento sustentável seria um “mito inalcançável” (p. 289-290), uma vez que suas imprecisões são resultantes das contradições existentes no sistema industrial moderno.

¹¹ Alan Índio Serrano em “Interdisciplinaridade como Integração do Conhecimento: o pensamento de William Kapp” (Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas n. 24 setembro de 2002) diz que: Kapp traz-nos a denúncia de um certo fracasso das ciências sociais - e de outros saberes aplicadas ao social, como a economia, o direito, a pedagogia, e ramos da medicina, da biologia, da física e da química - ao não conseguirem fazer um uso maior dos conhecimentos à sua disposição, para o bem-estar da humanidade. Dirige-se aos que trabalham com problemas interdisciplinares, afirmando que se requer uma força de vontade para explorar áreas de pesquisa que geralmente se encontram afastadas das respectivas especialidades, o que gera a necessidade de um autodidatismo do pesquisador.

Relembrando novamente Guattari (1990) tal mito só seria capaz de se materializar caso as relações da humanidade com o *socius*, com a psique e com a “natureza” deixassem de tender a se deteriorar em razão não só da poluição, mas também pelo desconhecimento e a passividade fatalista dos sujeitos com relação ao conjunto de fatores e dimensões que fazem parte da ecosofia defendida por este autor (*idem*, p. 23).

2.1.

A primavera silenciosa: década de 60

O entendimento dos impactos e problemas ambientais ganhou impulso a partir de meados da década de 1950, quando apareceu o chamado “ambientalismo dos cientistas” (Villela, 2007).

Na década de 60 surgiram vários processos que moldam o movimento ambientalista global, como instituições e ONGs que lutam pela proteção ambiental, bem como agências governamentais responsáveis por essa proteção.¹²

Nessa época, as mudanças constantes no meio ambiente começam a ser mais percebidas, pois até então a natureza era entendida como infinita, e simplesmente matéria-prima do homem (Villela, *idem*).

“Os recursos naturais que parecem esgotar-se não são apenas os mesmos do passado recente. Se antes eram os minérios, carvão, o petróleo, hoje se trata, também, da água, da atmosfera, que considerados recursos renováveis, parecem atingir um limite para sua recomposição, pois o tempo geológico contrasta cada vez mais com a velocidade de utilização. Velocidade intensificada no século XX. O buraco na camada de ozônio é um exemplo, a poluição das águas é outro” (Rodrigues, 2008 *apud* Martins, 2001, p. 104).

Rachel Carson, foi uma cientista norte-americana que, no início da década de 1960, publicou *Silent Spring*,¹³ livro que, mesmo tendo como título uma expressão poética, foi a alavanca que moveu o curso da história ambiental e

¹² A WWF - *World Wildlife Foundation*, surgida em 1961, possui atualmente uma atuação global que abrange mais de 100 países e aproximadamente 5 milhões de membros em todo o mundo (Fonte: <http://www.worldwildlife.org/sites/anniversary/index.html>). A WWF-Brasil se estabeleceu em Brasília, em 1996, e desde então trabalha com projetos de conservação ambiental em todo Brasil. Segundo JOANA BICALHO (2009, p. 5) outras ONGs internacionais como Amigos da Terra, de 1961 e o Greenpeace, de 1971, surgiram nesse período.

¹³ O livro de Rachel Carson parece tão atual que foi escolhido como bibliografia básica da Especialização em Desenvolvimento Sustentável (Pós-Graduação *Lato Sensu*) do Anima Educação e do Instituto Harmonia de São Paulo em 2011.

causou uma verdadeira revolução em defesa do meio ambiente a partir do lançamento da sua obra.

Segundo Aguiar (2008) somente no ano de seu lançamento, em 1962, o livro atingiu a marca de 500 mil exemplares vendidos e pela primeira vez na história um livro com discussões científicas ultrapassou o debate exclusivamente técnico e gerou uma importante repercussão junto à opinião pública.

Em seu texto, Carson descreveu uma terra silenciosa sem o cantar das aves, onde as florestas morriam e onde os humanos sucumbiam com doenças misteriosas e onde a química industrial e venenosa derramava-se e infiltrava-se sobre o solo.

“As the chemical penetrated the soil the poisoned beetle grubs crawled out on the surface of the ground, where they remained for some time before they died, attractive to insect-eating birds. Dead and dying insects of various species were conspicuous for about two weeks after the treatment. The effect on the bird populations could easily have been foretold. Brown thrashers, starlings, meadowlarks, grackles and pheasants were virtually wiped out. Robins were “almost annihilated”, according to the biologists’ report. Dead earthworms had been seen in numbers after a gentle rain; probably the robins had fed on the poisoned worms. For other birds, too, the once beneficial rain had been changed, through the evil power of the poison introduced into their world, into an agent of destruction.” (1962, p. 90).

Carson com certeza foi de grande influência não só nas denúncias quanto ao uso descontrolado de pesticidas (DDT) por parte das indústrias químicas como seu livro repercutiu como um apelo profundo à percepção de que a vida é um conjunto indissociável de fatores e conexões.

De acordo com depoimento do Prof. Backer Ribeiro (ECA-USP) a mensagem da Primavera Silenciosa de Carson mudou paradigmas e influenciou a visão do mundo e da própria comunicação social:

“A Primavera Silenciosa”, que mudou alguma coisa dentro de mim e do profissional que me tornei. Lembro de uma frase que compartilho com vocês: “o homem é parte da natureza e sua guerra contra a natureza é inevitavelmente uma guerra contra si mesmo... temos pela frente um desafio como nunca a humanidade teve, de provar nossa maturidade e nosso domínio, não da natureza, mas de nós mesmos”. Publicado em 1962 e muito atual. Minha dica de leitura, fundamental para os comunicadores e demais profissionais que buscam entender qual a sua missão afinal” (Backer Ribeiro, ABERJE, 2010).

Com a força de seu texto, profundo e também delicado, Rachel Carson descreveu os resultados do uso da química dos pesticidas e lembrou à humanidade que o meio ambiente não era, nem poderia ser algo em separado, como uma coisa externa, inanimada e possível de ser controlada de maneira arrogante pela ciência humana ou utilizada conforme a sua conveniência.

“The control of nature is a phrase conceived in arrogance, born of the Neanderthal age of biology and philosophy, when it was supposed that nature exists for the convenience of man.” (1968, p. 261).

Em sua análise sobre a contaminação de alimentos e os riscos de câncer, de mudanças genéticas e da extinção de espécies inteiras por causa do uso de agentes químicos surgiu a certeza da necessidade de regulamentação da produção industrial para a conservação do meio ambiente.¹⁴

A grande contribuição das palavras de Carson em *Silent Spring* foi influenciar opiniões e conscientizar o público a respeito da vulnerabilidade ambiental diante da indústria química. O grito de alerta foi forte demais para não ser considerado como relevante.

2.2. Os limites do crescimento: a década de 70

O surgimento da discussão sobre o meio ambiente começou a ganhar mais força a partir da década de 1970 (Veiga, 2007; Pádua, 2010), quando as explosões nucleares e o crescimento populacional tornaram-se uma preocupação presente tanto nos EUA como na Europa.

Em 1968, segundo Joana Bicalho (2009) foi realizada a Conferência da Biosfera, na França, no mesmo ano em que é formado o Clube de Roma.

Segundo Kato (2008 *apud* Bacha & Schaun, 2009) foi a partir do documento “Os Limites do Crescimento” do chamado Clube de Roma, em 1972, que o tema sustentabilidade passou a ser uma questão de interesse crescente.

¹⁴ Em 2000, a Escola de Jornalismo de Nova York (EUA) consagrou *Silent Spring* como uma das maiores reportagens investigativas do século XX. Em dezembro de 2006, premiando a memória e o legado de Carson, o jornal *The Guardian* (UK) destacou a Primavera Silenciosa como uma das 100 mais importantes reportagens sobre meio ambiente na história humana.

De acordo com Aguiar (2003), cientistas, economistas, educadores e empresários ligados ao Clube de Roma e ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), apontavam que o crescimento da população e o consumo dos recursos naturais representavam uma catástrofe inevitável para o planeta caso não se aceitassem os “limites” do crescimento econômico e populacional.

De acordo com Giddens (2010), o trabalho do Clube de Roma, que vendeu milhões de exemplares, “afirmou que nossa civilização está esgotando os recursos dos quais depende a continuação de sua existência” (*idem*, p. 86)

Para Pádua (2010), a preocupação com o meio ambiente como questão global ganhou impulso a partir dos anos 70, preocupação que se reverberou por outras disciplinas, ampliando o debate para outros campos do saber:

“A emergência de um ambientalismo complexo e multissetorial a partir da década de 1970, dotado de alto perfil na cena pública global, representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea. Ele pode ser considerado como um movimento histórico, mais do que um movimento social, que repercutiu nos diferentes campos do saber (Viola & Leis, 1991, p. 24 *apud* Pádua, 2010, p. 81)”.

A ideia de um ambientalismo mais complexo penetrou dessa forma “nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura” (Pádua, *idem*, p. 85).

O Relatório Brundtland (CMMAD, 1987) apresentou o “desenvolvimento sustentável” ou a sustentabilidade como um tipo de desenvolvimento capaz de atender às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

Ou seja, um conceito que pretende questionar modelos, pois dimensões como lucro, preservação ambiental e justiça social precisam ser harmonizadas e até consideradas de forma indissociável. Numa proposta de visão integral de nossas ações e reações, de como essas dimensões influenciam e são influenciadas entre si.

Essa ideia de que a Terra seria como que testemunha ou como um espectador que não tem permissão para entrar no jogo (Lovelock, 1990) ou não

precisa ser considerado, é resultado de uma visão fragmentada que separou o homem do meio ambiente. Uma herança da Revolução Industrial.

Segundo o Professor Dr. Eduardo Murad da ESPM Rio, a Revolução Industrial em si foi uma representação de um modelo de pensamento racionalista, mecanicista, no qual a quantificação e o controle deram forma a um novo *mindset* que perdura até hoje.

A partir da Revolução Industrial foram “estabelecidas relações por interesses, fora da lógica da tradição e da comunidade, ocorrendo uma objetivação do mundo. A razão e a tecnologia conduziram ao crescimento econômico, mas não obrigatoriamente ao desenvolvimento socioambiental” (Murad, 2011).

Na opinião de Murad (*idem*), as questões humanas não foram plenamente atendidas, por isso, atualmente, se a estrutura de pensamento não for revista, dificilmente conseguiremos ser sustentáveis.

A Revolução Industrial foi o período da história conhecido pelos fenômenos que ocorreram na Inglaterra no período de 1750 a 1850 a partir da substituição da manufatura e do artesanato pela força do vapor nas máquinas e nos processos mecânicos.

O surgimento da máquina distribuiu os sujeitos, antes donos e verdadeiros produtores das suas mercadorias, em segmentos da produção fabril e provocou a alienação do trabalhador com os frutos finais de seu esforço.

Feita à imagem e à semelhança dos braços dos homens, as máquinas possibilitaram mudanças profundas na produção de objetos e de mercadorias. Uma maior agilidade na fabricação de bens por meio da mecanização crescente da sociedade alterou a dinâmica das relações sociais e de trabalho (Dumont, 1979).

Essa divisão criada pela introdução crescente de um dispositivo mecanizado no modo de trabalho, tornou os homens como que peças substituíveis por outras peças e a terra como mero “estoque” de recursos.

Nesse turbilhão de mudança de paradigmas, as relações sociais também se mecanizaram: “vistos como simples peças sem valor” os homens tiveram “suas vidas divididas, dominadas, pulverizadas” (*idem*).

“Durante muito tempo julgou-se que a Terra era um lugar de recursos infinitos, que estes nunca seriam preocupação para a humanidade e que o homem não poderia afetá-la de forma incisiva ou irreparável. Porém a partir da Revolução Industrial, que se espalhou pelo mundo com processos produtivos geradores de riquezas, mas altamente poluentes, a degradação ambiental inicia um percurso, que só pode ser freado com a participação efetiva e conscientização de toda a sociedade (Pinheiro, 2002, p. 11).

No novo universo industrializado da produção de bens, da proliferação de mercadorias, o homem torna-se um alienado de si próprio, item substituível onde “o ritmo, a ordem, o caráter e o movimento do trabalho são dados pelo conjunto da maquinaria” (Rocha, 1984).

Para Carvalho (2004) com a Revolução Industrial e a concentração na produção, a lógica predominante passou a ser a racional-econômica, enfocando a vida em torno dos resultados: o ser humano passou a ser visto como uma parte de uma engrenagem que deveria gerar sempre a maior produção possível.

Além desta mudança no significado do trabalho, a migração de antigos agricultores para os centros urbanos - tornando-se trabalhadores operários, criou uma separação abrupta entre o homem e a terra e uma alienação cada vez maior entre antigos camponeses com o produto final de seu trabalho.

Segundo Karl Polanyi, a partir do século XVIII, na Inglaterra, os instrumentos de produção conquistaram um progresso até então inexistente e o avanço técnico industrial e seu funcionamento destruíram o tecido social existente:

“A Revolução Industrial foi apenas o começo de uma revolução tão extrema e radical quanto as que sempre inflamavam as mentes dos sectários, porém o novo credo era totalmente materialista, e acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais” (Polanyi, 2000, p. 58).

Ao julgar os acontecimentos sociais, puramente a partir de um olhar econômico a revolução criou um “moinho satânico” - abismo de degradação humana (*idem*). Na verdade, um sistema social inédito até então, transformando

indivíduos em “ átomos dispensáveis”, numa engenharia que era de fato “uma máquina... para qual o homem estava condenado a servir”.¹⁵

Para Villela (2007) os efeitos danosos dessa revolução causaram não somente o êxodo rural e uma expansão urbana caótica, mas também o crescimento de um grande número de mendigos, da fome, da pobreza, assim com a precariedade dos locais de trabalho e habitação, além do aumento da poluição.¹⁶

Sobre essa inversão entre homens e natureza, vale citar o historiador e professor Arnold Toynbee, que nos esclarece:

“A revolução econômica tecnológica, que começou na Inglaterra durante o terceiro quartel do século XVIII, transformou a agricultura, a criação de animais e a indústria. Por volta de 1871, essa revolução havia se expandido além da Inglaterra, para o continente europeu e estava começando na América do Norte e Japão. Na década de 1970 seu ritmo ainda estava crescendo. Agora é evidente, em retrospectiva, que a Revolução Industrial inverteu a relação entre homem e a biosfera” (Toynbee, 1982, p. 684).

É assim que desde o começo da Revolução Industrial, há 200 anos, a implantação de modelos de produção e consequentes estímulos de consumo predatórios tem modificado tanto as relações sociais, como as próprias atividades humanas sobre o meio ambiente (Bacha *et al* 2001 *apud* Oliveira Filho, 2004).

O que deveria ser motivo de preocupação global é portanto a capacidade destruidora conquistada pela espécie humana e que se aprofunda exponencialmente desde que a máquina a vapor gerou a dependência de fontes fósseis de energia (Veiga, 2010).

¹⁵ Segundo SARTORI: “É compreensível que qualquer inovação incomoda porque muda situações em que a sociedade humana está constituída. De um ponto de vista histórico, a inovação mais combatida foi aquela da máquina e do maquinário industrial. No seu aparecimento a máquina foi muito temida porque, como se dizia, acabava substituindo o trabalho manual. Durante dois séculos não foi bem isso que aconteceu. Mas foi e continua sendo verdade que o custo humano da primeira revolução industrial foi terrível.” (SARTORI, 2001, p. 16)

¹⁶ De acordo com VILLELA, a concentração de CO₂ na atmosfera desde a revolução industrial “aumentou de forma significativa, contribuindo para o efeito estufa, conhecido como *aquecimento global*. Esse aumento deve-se principalmente às emissões de CO₂ pelo homem, provenientes da queima de combustíveis fósseis e, em um grau menor, a mudanças no uso da terra, à produção de cimento e à combustão de biomassa. As emissões desses gases destroem a camada de ozônio da Terra. A proteção da camada de ozônio da Terra tem sido um dos maiores desafios nos últimos trinta anos, abrangendo as áreas de meio ambiente, comércio, cooperação internacional e desenvolvimento sustentável” (2007, p. 25).

É nesse sentido que, se a existência do homem sempre “dependeu dos recursos naturais à sua volta” (Pearson Education, 2011) foi com o atual modelo de produção industrial, iniciado na Revolução Industrial que, pela primeira vez na nossa história planetária, inegáveis desequilíbrios estão em curso. Diferentemente das décadas passadas, os problemas ambientais afetam quase todas as partes e populações do planeta.

Assim, somos a primeira geração a viver numa sociedade cosmopolita cujos riscos e perigos demandam enormes transformações das nossas instituições e de nossa capacidade de cooperar enquanto espécie:

“Durante milhares de anos, o homem argumentou que destruiu o meio ambiente para obter recursos indispensáveis à sua subsistência. Hoje, cientistas mostram que a própria sobrevivência da humanidade está em xeque por causa da exploração desenfreada. Já não resta outra saída: a preservação da nossa espécie depende de uma mudança radical.” (Pearson Education, 2011, p. 20).

Agora, uma nova revolução, desta vez de mudança de estados de consciência mental e de uma nova maneira de agir coletivamente como falam, entre outros, Guattari (1989), Maturana (1990), Ouriques (2007), Kucinski (2007) e Grybowsky (2009) se apresenta necessária e urgente para se alcançar de fato a sustentabilidade enquanto sinônimo da nossa sobrevivência como espécie.

Seja a sustentabilidade como sinônimo de crescimento econômico permanente, sem a extinção dos recursos naturais disponíveis, defendida pelo Relatório Brundtland, seja a sustentabilidade redundante de uma “ecologia profunda” como propôs o filósofo Arnes Ness¹⁷, em 1973, seguindo a tradição de pensamento ecológico-filosófico de Aldo Leopold na sua *Ética da Terra*, o movimento demanda mudanças de paradigmas, hábitos e comportamentos.

Independentemente de outras definições mais precisas, a sustentabilidade parece ser uma nova maneira de perceber as influências que todos os atos humanos exercem na “teia da vida” (Capra, 2009¹⁸) pois o que está em questão é a

¹⁷ Segundo Arne Ness a humanidade é mais um fio na teia da vida. Nessa rede, cada elemento, inclusive os homens, deve ser respeitado para manter o equilíbrio da vida.

¹⁸ Ref: Fritjof Capra em “a Teia da Vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos” publicado no Brasil pela Editora Cultrix.

maneira de vivermos em nossa civilização e sua exploração de recursos sobre o planeta Terra (Guattari, 1989).

Aqui vale lembrar novamente a visão de Guattari em sua obra *Les Trois Écologies* (1989) sobre a necessidade de mudanças profundas como resposta à crise ambiental (e social) que vivenciamos, uma vez que o nosso modelo industrial e fabril está sob questionamento:

“Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural, reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais.” (1999, p. 9).

Para Guattari uma brutal constatação de nossos limites técnico-científicos atuais foi a tragédia atômica de Chernobyl (na antiga União Soviética, em 1986) e a proliferação da Aids exemplificando as “marchas a ré” que a “natureza” é capaz de nos impor.

A necessidade de uma primeira ecologia, a “mental” seria a condição mais saudável para o homem em relação a si mesmo, reinventando a “relação do sujeito com o corpo”, das subjetividades e com os “mistérios da vida e da morte” (*idem*, p. 16) e nessa linha, buscando antídotos para os conformismos, as manipulações da mídia, telemática e publicidade.

A “ecologia mental” de Guattari (1989) propõe revalorizar a cultura, a vida cotidiana e o trabalho em função de indicadores diferentes daqueles baseados nos rendimentos e no lucro. É preciso reconhecer as fragilidades da condição humana e cuidar da nossa natureza, de nossos “fantasmas que habitam as mais íntimas esferas” (p. 55) para sermos capazes de cuidar da “natureza” exterior.

Ainda de acordo com Guattari (*idem*): “A ecologia mental pode surgir a todo o momento, em todos os lugares, para além dos conjuntos bem constituídos na ordem individual ou coletiva” (p. 39). Ou seja, é possível, por exemplo, trabalhar na despoluição do meio ambiente percebendo sua conexão com a despoluição do próprio corpo humano, alinhando os atos externos aos significados inerentes na nossa própria psique.

Assim se a “conotação da ecologia deveria deixar de ser vinculada à imagem de uma pequena minoria de amantes da natureza” (p. 36), na ecologia social de Guattari (1990) é a qualidade dos relacionamentos que se coloca como mais um princípio comum ao território existencial inerente à essa *práxis* integrada das três ecologias propostas.

Como não há saída para a crise e suas consequências, as transformações que surgem vão atingindo o campo social e se operam nas esferas ambientais e mentais ao mesmo tempo. Assim, a passividade e o desconhecimento dos sujeitos e de governos, empresas e sociedade com essa problemática conjunta dessas ecologias contribuem para que a crise aumente. “Catastróficas ou não, as evoluções negativas são aceitas tais como são (*idem*, p. 23).

Como se os sujeitos estivessem cegos diante de uma realidade externa que é apenas um espelho da realidade interna humana - de cada indivíduo, nada irá se alterar se um grau maior de conscientização se fizer real. Discursos não produzirão os efeitos necessários, pois serão apenas palavras e repetições que não estão de fato coerentemente comprometidas com uma mudança pessoal de cada ser humano.

Com tal argumentação, Guattari (*idem*) qualifica a ecologia social como que o trabalho de reconstrução das relações humanas em todos os níveis, do *socius*. Renovando, literalmente, o conjunto das possibilidades do ser no coletivo, seja sindicatos, associações, igrejas, escolas, universidades e também nas microesferas como dentro das famílias, na vizinhança, entre casais e num contexto urbano (p. 33).

Essa ecologia social se traduz no cuidar, bem como no cultivo da tolerância e no desenvolvimento de convergências que abrigam de forma pacífica as divergências.

A proposta da ecologia social, de acordo com Guattari (*idem*) não é o discurso homogeneizante, mas a aceitação dos diferentes vetores que constituem as subjetividades. A dimensão da ecologia social amplia assim os potenciais do

interesse coletivo, dependentes em grande parte da capacidade para o diálogo (comunicação) na vivência com os outros sujeitos.

Assim, a ecologia na dimensão puramente ambiental, ainda existente hoje, segundo Guattari (*idem*) apenas iniciou a ecologia generalizada que tem por finalidade “descentrar radicalmente as lutas sociais e as maneiras de assumir a própria psique” (p. 36).

Valem as palavras do jornalista André Trigueiro, para ampliar este entendimento:

“Somos escravos de uma visão reducionista, que relega muitas vezes à natureza a função de apenas nos suprir de alimentos, energia, matéria-prima e belas paisagens. Dilapidamos o patrimônio natural sem a percepção de que somos parte do planeta. De que o meio ambiente começa no meio da gente” (Trigueiro, 2010).

Com essa visão, o jornalista se alinha ao que Sauv   (2005, p. 317) coloca: sobre o meio ambiente: nunca “um mero objeto a ser retratado entre tantos outros. Ele é o local inseparável da trama da própria vida, na qual se produzem e se moldam nossas relações com os outros e nossa identidade: o nosso “ser-no-mundo”.

Portanto, mostra-se evidente não existir mais espaço para que os seres humanos comportem-se como um elo desconectado da corrente da vida e do meio ambiente. Não    possível não levar em conta a ótima relação entre todos os seres vivos, sua biodiversidade, seus territórios e sua mútua influência (Grzybowski, 2009).

Essa ideia de interdependência entre os seres vivos não    nova. Em 1864, nos EUA, George Perkins Marsh autor de *O Homem e a Natureza*, fazia um alerta sobre as consequências das atividades humanas e seus impactos sobre o meio ambiente.

Ao investigar a degradação de solos, erosões e infestação de pragas decorrentes da derrubada de florestas além da construção de barragens e de desmatamentos, Marsh “trouxe a ecologia para o universo do progresso” (Lisboa, 2009).

Considerado o primeiro ecologista norte-americano (Bacha & Shaun, 2010), Marsh era um pesquisador intrigado com o entrelaçamento das forças naturais e o papel do homem enquanto um agente perturbador do meio ambiente.

Como testemunha da destruição na Nova Inglaterra, Marsh percebeu que erros do passado comprometiam a prosperidade do presente. Como criador de ovelhas viu no uso excessivo do pasto e no desmatamento indiscriminado as causas da erosão de encostas e nas enchentes de rios, culminando com o declínio da produção de lã e a decadência das indústrias madeireiras na região (Udall, 1966).

Marsh teve motivos para por em dúvidas a presunção de que o progresso era inevitável. Estava convencido de que o desenvolvimento só era possível se os homens usassem sua sabedoria na administração dos recursos naturais. Com seu crescente interesse e estudo da complexidade da natureza passou a rejeitar a idéia de que qualquer recurso poderia ser explorado sem consideração pelo futuro (*idem*).

A visão holística de George Perkins Marsh reforçava a importância do homem estar em equilíbrio com a natureza e na harmonia de suas inter-relações, de olhar para partes separadas como pertencentes a uma totalidade. Desde plantas e animais, organismos microscópicos, pássaros, árvores e mamíferos, tudo deveria ter um lugar especial no tecido da vida.

As idéias de Marsh podem ter influenciado Martin Buber quando este autor ao falar de uma pesquisa cita uma árvore como um ser integral e inseparável das partes, uma totalidade completa, cuja conversação com o mundo demonstraria que uma relação é antes de tudo reciprocidade:

“Tudo o que pertence à árvore, sua forma, seu mecanismo, sua cor e suas substâncias químicas, sua “conversação” com os elementos do mundo e com as estrelas, tudo está incluído numa totalidade” (Buber *apud* Cardinale Baptista, 2001).

Para Marsh a lição a ser entendida era de que perturbar o meio ambiente sem considerar suas possíveis consequências a longo prazo era de importância vital para a humanidade.

Em seu livro *Man and Nature*, ele declarou:

“I propose to examine only the greater, more permanent, and more comprehensive mutations which man has produced, and is producing, in earth, sea and sky, sometimes, indeed, with conscious purpose, but for the most part, as unforeseen though natural consequences of acts performed for narrower and more immediate ends” (Marsh, 1867, p. 15).

A devastação causada pelo homem subvertia as relações e destruía o equilíbrio original estabelecido pela natureza, que produziria forças destrutivas maiores a cada novo desequilíbrio (Udall, 1966).

Tais mudanças poderiam impactar a normalidade ambiental assim como as relações sociais. Marsh defendia ainda que as antigas civilizações do Mediterrâneo tinham chegado ao colapso abusando do meio ambiente como um recurso infinito. Certamente uma visão atualíssima, alinhada com autores como Capra, Boff, Gribovsky e Lovelock. Foi Marsh quem escreveu:

“A terra está se tornando rapidamente um ambiente inadequado para o seu mais nobre habitante e mais um período de devastação criminosa e imprevidência humana haveria de reduzi-la a uma condição de produtividade tão precária, de excessos climáticos, de danos tão graves que o nosso planeta estaria ameaçado de perversão, barbarismo e, talvez, mesmo, de extinção da raça humana.” (Marsh *apud* Udall 1966, p. 75).

Para Marsh a lição a ser entendida era de que perturbar o meio ambiente sem considerar suas possíveis consequências era preparar o terreno para um desastre econômico, com impactos na geografia, clima e economia.

De acordo com Pádua (2010) o livro *Man and nature or physical geography as modified by human action*, de 1864, escrito por Marsh é um marco frequentemente citado quando se buscam trabalhos e precursores da responsabilidade socioambiental:

“Esse trabalho, bastante concentrado no contexto europeu e mediterrâneo, procurava passar em revista as transformações provocadas pela ação humana, desde a Antiguidade, na flora e na fauna, nas florestas, nas águas e nas areias, tendo como eixo central a denúncia da destruição” (Pádua, 2010, p. 85).

Ao escrever que riachos, árvores e animais eram pessoas e não coisas, Marsh colocou uma questão ética inteiramente nova diante dos que defendiam o progresso ilimitado. Uma questão que nos parece extremamente atual.

“Nas palavras sugestivas do autor, estávamos “quebrando o piso, as vigas, as portas e as janelas do nosso lugar de moradia (Marsh, 1965, p. 52 *apud* Pádua, 2010, p. 85).

Segundo Grzybovski (2009) e Celiberti (2010), há um imperativo ético na discussão sobre a lógica do desenvolvimento, segundo o qual o uso dos recursos naturais é um dilema que ultrapassa a problemática técnica e econômica.

2.3.

Aldo Leopold e a ética ecológica

Segundo Ferry (2009), o pai da ecologia profunda¹⁹ é o Prof. Aldo Leopold, cujo livro *A Sand Country Almanac* exerceu grande influência sobre o movimento conservacionista.

Leopold nasceu em Burlington, Iowa, EUA, em 1887. Formou-se em Engenharia Florestal pela Universidade de Yale e trabalhou no Serviço Florestal daquele país, tendo sido também consultor da ONU. Escreveu mais de trezentos artigos e seu texto sobre a conservação da vida selvagem tornou-se um clássico (Goldim, 2010).

Em “*A Land Ethic*” foram lançadas as bases para uma ética que buscava ampliar o olhar do homem sobre suas ações sobre a natureza.

A Ética da Terra de Leopold era uma filosofia que propunha ampliar as fronteiras da comunidade para nela incluir a água, as plantas e os animais, ou coletivamente: a própria terra - o que seria uma visão integral da vida.²⁰ Certamente muito similar ao pensamento de Marsh.

Segundo o próprio Leopold:

¹⁹ Em 1973, a “ecologia profunda” foi proposta por Arne Naess como uma linha alternativa frente ao paradigma dominante sobre a utilização dos recursos naturais. Baseia-se no pensamento ecológico-filosófico de Henry Thoreau, descrito em seu livro *Walden*, e das idéias do Prof. Aldo Leopold, no *The Land Ethics*. (Fonte: José Roberto Goldim, em <http://www.ufrgs.br/bioetica>). Arne Naess defendia que o contato do homem, seja qual for sua idade, com a natureza é o único caminho para sensibilizá-lo a respeito dos problemas ambientais.

²⁰ Para conhecer mais sobre a obra de Aldo Leopold sugerimos consultar a Aldo Leopold Foundation em www.aldoleopoldfoundation.org.

"A ética da terra simplesmente amplia as fronteiras da comunidade para incluir o solo, a água, as plantas e os animais, ou coletivamente: a terra. Isto parece simples: nós já não cantamos nosso amor e nossa obrigação para com a terra da liberdade e lar dos corajosos? Sim, mas quem e o que propriamente amamos? Certamente não o solo, o qual nós mandamos desordenadamente rio abaixo. Certamente não as águas, que assumimos que não tem função exceto para fazer funcionar turbinas, flutuar barcas e limpar os esgotos. Certamente não as plantas, as quais exterminamos, comunidades inteiras, num piscar de olhos. Certamente não os animais, dos quais já extirpamos muitas das mais bonitas e maiores espécies. A ética da terra não pode, é claro, prevenir a alteração, o manejo e o uso destes 'recursos', mas afirma os seus direitos de continuarem existindo e, pelo menos em reservas, de permanecerem em seu estado natural." (Goldim *apud* Leopold, 2010)

É nessa linha de raciocínio que o atual debate sobre sustentabilidade tem acionado questões como a ética, ressaltando valores, deveres e obrigações morais relativas à preservação das condições de existência da vida no planeta, articulando a discussão sobre sustentabilidade “à reflexão sobre responsabilidade social na construção e na preservação de um mundo comum” (Leroy, 2010, p. 140).

Kucinski (2008) é outro autor que defende que o conceito de desenvolvimento sustentável e da própria sustentabilidade passa necessariamente pelo entendimento de uma nova ética, cuja proposta é uma mudança radical nas relações entre os homens e destes com o meio ambiente.

Já Schumacher *apud* Aguiar (2003, p. 16) questiona se “a Terra é apenas um meio de produção ou algo mais que um fim em si mesmo?”, incentivando a reflexão sobre o uso da natureza de maneira puramente exploratória pelas mãos humanas.

Se considerarmos as conceituações, ideias e propostas já vistas a respeito da sustentabilidade e de uma imaginada sociedade sustentável podemos resumir a complexidade desse desafio num único termo: cuidar.

É nesse sentido que a partir da obra de Martin Heidegger (1989 *apud* Boff, 1990), Boff (*op. cit.*) apresenta uma proposta ecológica de “saber cuidar”.

2.4.

O saber cuidar como prática de uma sociedade sustentável

Para Leonardo Boff (1990) os sintomas de uma crise ambiental já se constituíram numa crise civilizacional, indo muito além da preocupação com um

recorte específico da crise ambiental, como as “mudanças climáticas” de Gore (2007) ou de Giddens (2010) e, dessa forma, se aproximando mais das três ecologias de Guattari.

Segundo Boff (1990, p. 18) impera o descuido e o descaso manifesto pela vida das crianças usadas como combustível na produção para o mercado mundial; o descuido com a pobreza e os marginalizados pela sociedade, flagelados pela fome; o descuido com os desempregados e aposentados excluídos dos processos, produção e trabalho, descartados economicamente; o abandono dos sonhos de generosidade e o menosprezo da solidariedade.

O descuido pela dimensão espiritual do homem, pelo espírito da gentileza que cultiva a lógica do coração e do enternecimento; o descuido vergonhoso do nível moral na vida pública e um abandono da reverência, “indispensável para cuidar da vida e de sua fragilidade” (*idem*, p. 19).

Além disso, segundo este autor há o descuido na salvaguarda de nossa casa comum, o planeta Terra cujos “solos são envenenados, ares são contaminados, águas poluídas e florestas dizimadas” (p. 20) – num alerta e numa denúncia que nos recorda em muito a preocupação de Rachel Carson, Aldo Leopold e George Perkins Marsh entre outros já citados neste trabalho.

Para Boff (*idem*) aquilo que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidar. Mais do que um ato, uma atitude permanente, o cuidado vai além de um movimento momentâneo para se constituir em prática de zelo permanente, de um cuidar amplo que inclui o “cuidado material, pessoal, social, ecológico e espiritual da casa” (p. 33).

É aqui que Boff (1990) faz maior diálogo com a filosofia de Martin Heidegger (1889-1976)²¹: o reconhecimento do cuidado como um modo de ser essencial, sempre presente onde o modo de ser cuidado “revela de maneira concreta como é o ser humano” (p. 34), onde o cuidado deve se fazer em tudo que

²¹ Para Martin Heidegger o homem não é um ser isolado, mas sim um “ser no mundo”. Nesse sentido, somente com um esforço heroico, o homem cuida da sua existência com o cuidado que se acha a priori “antes de toda atitude e situação do ser humano” (HEIDEGGER, 1989 *apud* BOFF, 1990, p. 34).

o homem realiza, correndo o risco de deixar de ser humano sem o essencial saber cuidar.

“Se não receber cuidado desde o nascimento até a morte, o ser humano desestrutura-se, definha, perde sentido e morre. Se, ao largo da vida, não fizer com cuidado tudo o que empreender, acabará por prejudicar a si mesmo e por destruir o que estiver à sua volta. Por isso o cuidado deve ser entendido na linha da essência humana (que responde à pergunta: o que é o ser humano?). O cuidado há de estar presente em tudo.” (Boff, 1990, p. 34).

Para Boff (1990) ao nos sentirmos parte da Terra, parte do meio ambiente, estamos nos colocando na complexa comunidade de outros “filhos e filhas” da Terra. Boff argumenta que “a Terra não gera apenas a nós seres humanos”, mas “produz uma miríade de microorganismos que compõe 90% de toda a rede da vida” (p. 77), apontando a seguir que essa percepção de que somos a própria Terra já produziu na nossa história uma espiritualidade, bem como uma política (*idem*).

Ou seja, a consciência de que não há separação entre homem, trabalho, sociedade daquilo que é a terra com os outros seres vivos, animados ou não, já pontuou sociedades e culturas “perpassadas de reverência, de enternecimento e de proteção à vida” (p. 78).

Para Boff (1990) o cuidado “somente surge quando a existência de alguém tem importância” (p. 91) sendo um permanente companheiro do ser humano, solo onde se move toda a ação humana. E assim, ao cuidar, passamos a participar do destino daquilo que por nós é objeto de cuidado, preocupação, zelo e diligência.

Vale lembrar que para o professor colombiano Bernardo Toro, de acordo com sua palestra durante o evento TEDx Amazônia (em abril de 2011), “ou aprendemos a cuidar ou pereceremos” afirmando que o cuidado é um valor que se relaciona não só com a saúde, a questão emocional ou ligada à espiritualidade “mas também com a segurança pública, comunicação e educação”.

O “saber cuidar” de Toro é um paradigma ético urgente e valioso porque é no cuidado que prevenimos danos futuros e reparamos e regeneramos danos passados. O cuidado, portanto não é uma opção. É uma ética que permite evitar o temor de nosso desaparecimento, pois vai representar uma nova inteligência altruísta e solidária. Uma inteligência que sabe cuidar de vínculos afetivos.

Uma sociedade sustentável seria para Leonardo Boff, assim como para Bernardo Toro, aquela que sabe cuidar de si, do planeta, das relações e dos outros seres. E por que não arriscar uma ligação com uma real definição da sustentabilidade? Na falta de um consenso, sustentabilidade é saber e querer cuidar das dimensões sociais, ambientais, econômicas, psíquicas e espirituais.

Se o saber cuidar não é exatamente nenhuma novidade, a sustentabilidade ao preconizar um equilíbrio entre as dimensões ecológicas, econômicas, sociais, culturais e mentais é a prática do cuidado por parte dos cidadãos nas suas esferas individuais e coletivas, bem como pelas instituições feitas a partir destes mesmos cidadãos ao atuarem em seus papéis profissionais enquanto empresários, técnicos, políticos, líderes comunitários, professores, comunicadores etc.

Para Boff (1990) não há como separar a intervenção humana na natureza do cuidado. Uma vez que o modo de ser no mundo dos homens é o da interação com o meio ambiente, procurando nela intervir para tornar a vida mais segura e mais cômoda, construindo seu *habitat* e buscando adaptar o meio ao seu desejo e seu desejo ao meio, o trabalho “está presente no dinamismo da própria natureza” (p. 93).

Pela ótica do cuidado, nosso trabalho não se separa da natureza colocando-a como um objeto, como uma coisa a ser dilapidada. Pela ótica do cuidado a relação homem x natureza é uma relação sujeito x sujeito, numa relação não de domínio, mas de convivência (Boff, 1990, p. 95).

Enquanto a objetificação do mundo e a coisificação da natureza e dos seres guiar nosso modelo mental de interagir, estaremos caminhando na direção oposta aos preceitos do cuidado enquanto legado para o futuro.

Nesta ótica, passaremos a analisar o relatório de sustentabilidade da BP tentando perceber incoerências entre o discurso e a vontade de cuidar .